

DISCURSOS SOBRE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS: UMA ANÁLISE DO HGPE DE PORTO ALEGRE, 2016

DISCOURSES ON MODERNIZATION AND DEVELOPMENT IN CITY ELECTIONS: AN ANALYSIS OF THE FREE CAMPAIGN ADVERTISING TIME FROM PORTO ALEGRE (BRAZIL) IN 2016

Guilherme Francisco Waterloo Radomsky*

RESUMO: Este artigo tem por finalidade examinar os discursos sobre desenvolvimento, crescimento e modernização dos candidatos à eleição majoritária de Porto Alegre em 2016. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e utilizou-se o Horário Gratuito Político Eleitoral (HGPE) da televisão das eleições para prefeito de 2016 como fonte de pesquisa, focando em discursos, suas dimensões significativas e seus efeitos estratégicos. A hipótese é que em eleições o tema do desenvolvimento (e termos associados ou aproximados) constitui uma linguagem eficaz. Por meio dele, candidatos apresentam propostas de caráter transformador e positivo, mas simultaneamente sem nenhum rigor. Fala-se de modernização, de crescimento e de desenvolvimento sem perceberem desentendimentos das definições e muitas vezes de maneira intercambiável. A pesquisa mostra que os resultados eleitorais favoreceram candidatos que se voltaram a discursos de eficiência, gestão, empreendedorismo e sistemas de informação para o bom funcionamento social associando-os ao desenvolvimento. Com isto, sugere-se que aspectos típicos do mundo político, tais como a democracia, as mobilizações e as disputas no plano ideológico-partidário, perdem espaço para uma visão da política enquanto atividade técnica e gerencial da sociedade.

Palavras-chave: horário político eleitoral; eleições; crescimento econômico; discurso político; linguagem.

* Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professor do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS) e em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil; E-mail: guilherme.radomsky@ufrgs.br

ABSTRACT: *The aim of this article is to examine the discourses on development, growth and modernization from candidates in the major election of 2016 in Porto Alegre, Brazil. The investigation employed qualitative research methods and was an analysis of the free campaign advertising time of television, focusing on discourses, its semantic dimensions and strategic effects. The main hypothesis brings about the idea that in elections development can be an effective language by which the candidates present transformative and positive propositions, but simultaneously without any accuracy. They talk about modernization, growth and development and don't realize misunderstandings. Often these words are used as synonymous. The research shows that candidates whose speeches linked development with efficiency, management, entrepreneurship and information systems were better positioned. We suggest that typical domains from the political world, such as democracy, mobilization and party or ideological struggles, are being replaced by political vision as a managerial and technical activity.*

Keywords: *free campaign advertising time; elections; economic growth; political discourse; language.*

INTRODUÇÃO

Poderia um político se eleger dizendo-se contra o desenvolvimento, o crescimento econômico e a modernização? Não é impossível, considerando apelos de sustentabilidade e de outros tantos problemas que um país ou uma cidade pode ter (e assuntos a querer resolver), nem todos convergem para o desenvolvimento. Cabe salientar, entretanto, também não parece fácil, especialmente para países como o Brasil considerado há tempos “em desenvolvimento”. Certamente, para muitos eleitores um slogan contra o desenvolvimento seria quase como “se candidatar e não prometer fazer nada”. Sem alongar esta divagação, é possível atribuir isto tanto a questões de ordem histórico-cultural nos países assim classificados – está-se há tanto tempo nesta direção que não vale à pena mudar; sempre se recebeu “ajuda” externa para implementar políticas e programas;

abrimos espaços para multinacionais desenvolverem a economia nacional, etc. – como também refletir em que medida desenvolvimento é um termo tão vago e impreciso que fazer qualquer coisa que possa ser considerada “boa” poderia se associar a este termo.

Num estudo recente, Ziai (2015) voltou novamente ao ponto e reconheceu a dificuldade até mesmo dentre os estudiosos do tema em definir ou se concentrar em uma mesma questão quando se usa a palavra desenvolvimento. Trata-se de uma expressão muito geral e difusa. Tópico já conhecido dos pesquisadores, sua polissemia marca também um potencial enorme: falar de desenvolvimento é falar de muitas possibilidades de ação e em muitas dimensões. Na recente campanha para as eleições municipais para prefeito na cidade de Porto Alegre escutou-se muito “é preciso mudar”, quase sempre associada a muitas propostas e promessas, de obras gigantescas a pequenas alterações burocráticas, de aumento de salários a melhoria de serviços básicos nas periferias. O que *não* cabe quando se trata de modernizar ou desenvolver?

As eleições municipais possuem uma característica importante a este respeito. O prefeito, mesmo o de uma metrópole, não se compara em capacidade e escala de ação a um presidente de país, portanto era de se esperar que crescimento, modernização e desenvolvimento fossem assuntos pouco comentados e deixados para outras esferas de governo. Em um país marcado pelo rótulo do subdesenvolvimento, estes candidatos prometeriam o que? A questão é que nas eleições majoritárias municipais de 2016, mesmo com esta limitação, testemunharam-se muitas propostas. E recordam Lavarada *et al.* (2016) que direta e indiretamente a economia nacional impacta os pleitos locais. O fato é que após um período (do início do primeiro governo Lula até meados do segundo mandato de Dilma) de estabilidade do crescimento econômico no Brasil, embora num patamar considerado aquém do esperado por muitos, os últimos anos mostraram problemas para manutenção deste ritmo. Com as dificuldades no plano político e econômico nacionais boa parte do debate se colocou em torno de “como voltar a crescer” ou “como retomar o eixo do desenvolvimento”. Curiosamente, e isto se alia ao tema deste

artigo, mesmo governos que claramente não são desenvolvimentistas utilizam tal discurso.

É sensível perceber que parte das orientações de mudança entre os governos Dilma e Temer tenha sido uma possível chance de controlar o sistema político-econômico para uma guinada quanto aos processos de desenvolvimento. A crise econômica vivida – independente do quanto pode ter sido fabricada nos discursos e no uso de estatísticas – foi associada à crise política a respeito de um “modo de governar o país” em esfera federal que teria levado o Brasil a uma incapacidade geral em finanças e sustentabilidade econômica. “Cortar gastos” e simultaneamente “retomar o rumo do desenvolvimento” foram slogans que articularam uma necessidade de legitimar um impeachment – com diferentes graus de participação de certos setores, tais como a mídia.

Como isto não era suficiente sem levar adiante medidas efetivas, o governo federal após 2016 sensibilizou de todos os modos da *necessidade* (novamente) das transformações nas legislações trabalhista e previdenciária, além de outros que poderiam gerar efeito econômico positivo ao Brasil. Portanto, não é de se ignorar o peso que as questões que impedem ou estimulam o crescimento ou a “modernização” (se se pode falar em modernização neste contexto).

Mas, no plano municipal, as limitações importam. E a capacidade de mobilização de outras esferas recorda o que Kuschnir (2000) apontou em outro contexto eleitoral: a necessidade dos candidatos se colocarem no papel de mediador da população, mesmo sem grande potencial de articular políticas que venham a transformar a situação econômica, tal como ocorre para os cargos em nível federal. Mais ainda a posição de mediador parece valer, pois poderá ser alguém crucial na relação entre níveis de governo – mesmo que na prática haja pouco espaço de manobra, ocupar este espaço “discursivo” pode render muito em eleições.

Isto significa que todos os candidatos falam o mesmo? Não. Embora as semelhanças em promessas e temas abordados em campanhas sejam expressivas, há diferenças sutis, a depender de quem estejamos comparando. Ainda conforme Kuschnir (2000), a disputa

eleitoral em geral é intensa e os candidatos fazem muito para se diferenciar entre si; a distinção por parte do eleitorado é fundamental e resultado de bom marketing eleitoral.

Se os candidatos não falam exatamente o mesmo, também relevante é considerar que nem todas as pessoas falam no espaço público e são ouvidas. Com isto, quero dizer que para ser político é necessário uma boa relação com a palavra, tal como mostra o trabalho de Abreu (2005). As palavras, diz o autor, são matéria prima dos políticos, e com elas um mundo é construído (e eventualmente destruído, pode-se dizer). Neste aspecto, Bourdieu (2008) é eficiente ao mostrar que quem disputa certames eleitorais de expressão são indivíduos que já passaram por processos de refinamento da linguagem; ou, como prefere o autor francês, a instituição de alguém como passível de disputar com certa segurança uma eleição passou por legitimação social, por forças coletivas que o autorizam a se candidatar e, justamente, a falar. O problema ainda é mais complexo se recuperarmos um dos escritos de Rancière (2005) e considerarmos com o autor que a própria política é a atividade sobre o que se vê (o que é relevante socialmente) e sobre quem pode falar.

O que “falar através do desenvolvimento” pode apontar a respeito de pretensos consensos e simultaneamente ocultar disputas conceituais em eleições? Este artigo tem por finalidade examinar os discursos dos candidatos quanto a estes três termos – desenvolvimento, crescimento e modernização – observando as associações feitas entre estes assuntos com outros processos sociais e econômicos e como esta veiculação nas campanhas se presta para revelar condutas, propostas, promessas, planos e programas de ação política.

A hipótese principal é que nas eleições se fala através do desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento (e seus vários termos associados ou aproximados) constitui uma linguagem eficaz. Candidatos falam de modernização, de crescimento e de desenvolvimento sem que tenham entendimento comum das definições, expressando desentendimentos e muitas vezes de maneira intercambiável. As diferenças interessantes estão no *como* fazer tais coisas acontecerem e em que medida este é ou não um assunto verdadeiramente políti-

co. Adiante é explicado o percurso metodológico da pesquisa, cabe afirmar nesta parte que o Horário Gratuito Político Eleitoral (HGPE) foi o espaço para coleta dos discursos para análise. Examinou-se o HGPE da cidade de Porto Alegre no que tange à eleição majoritária – para prefeito – no ano de 2016, dando ênfase aos programas noturnos das coligações na TV. Tanto o primeiro como o segundo turnos foram considerados enquanto fonte de dados.

Portanto, ressalta-se a relevância de que neste trabalho as questões empíricas gravitam justamente em torno das ambivalências relacionadas ao uso discursivo do desenvolvimento; mesmo assim, elaborar esta ideia sem definir o conceito pode ampliar ainda mais a confusão. Para este artigo, considera-se que desenvolvimento, tal como elaborado por Carneiro (2012) a partir de uma referência de Olivier de Sardan (1995, p. 7) é: “o conjunto dos processos sociais induzidos por operações voluntaristas de transformação de um meio social, empreendidos por meio de orientação de instituições ou atores exteriores a esse meio, e que se baseiam no transplante de recursos e/ou técnicas e/ou saberes”.

Em que pese o seguimento muito frutífero de pesquisa sobre propaganda política na internet ser grande novidade aos investigadores, Massuchi *et al.* (2016, p. 172) ainda consideram que o HGPE “é o principal recurso que os partidos e candidatos possuem para se apresentarem aos eleitores.” É uma forma de expressão direta dos políticos e nele há a possibilidade de cada um formar sua imagem ao eleitor; a partir do seu início o eleitor mediano passa a dar mais atenção ao processo eleitoral daquele ano (Massuchi *et al.*, 2016).

Esta consideração é relevante, pois Palmeira e Heredia (1995) já haviam sinalizado também o fato e o relacionaram ao diagnóstico, no panorama brasileiro, segundo o qual as pessoas tendem a não considerar atividades do dia a dia, mesmo as que envolvem sindicatos e assembleias, como políticas de fato. Muitas vezes, seguem os autores, o cidadão sequer pensa nas diferentes tarefas dos políticos profissionais em seu cotidiano “como políticas”, já que no Brasil facilmente se percebe isto como prestação, assistência ou favor à população. É na eleição e em sua preparação que a política ocorreria mesmo. Sobre

este ponto, o HGPE constrói “um cenário de representação do mundo atual e futuro, [para] mapear indícios de imagem dos candidatos e seus partidos ao longo da corrida eleitoral.” (Machado, 2009)¹.

Todavia, é necessário considerar outros fatores e os diferenciais que existem em setores da população, tipo de município e regiões geográficas para verificar a eficácia do HGPE. O estudo de Speck e Cervi (2016) para as eleições municipais de 2012 mostrou que em pequenos municípios a memória eleitoral tem grande impacto nos resultados dos pleitos, eventualmente mais que outros fatores, tais como o HGPE. Recursos financeiros sempre contam, mas é nos médios e grandes municípios que o tempo na TV exerce mais influência (Speck e Cervi, 2016). Aqui há, portanto, outro particular: no Brasil, o HGPE não depende de grupos com poder econômico, pelo menos não parcialmente, uma vez que mesmo que “algum tempo de TV” seja garantido a todos, cada partido investe nos programas e a qualidade, aliada ao tempo maior de exposição, importa (Miguel, 2004). Após apresentar os procedimentos metodológicos na próxima seção, volta-se a atenção para o primeiro e para o segundo turno das eleições em questão com os principais resultados da pesquisa. Uma discussão teórica é apresentada para reflexão sobre o problema e, ao final, elaboram-se algumas considerações.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para as análises e conclusões aqui apresentadas, centrou-se no Horário Gratuito Político Eleitoral (HGPE) da TV na cidade de Porto Alegre (RS, Brasil), nas eleições majoritárias, tanto no primeiro quanto no segundo turno do ano de 2016. O processo todo ocorreu entre agosto e o final de outubro daquele ano. Trata-se de uma análise de cunho qualitativo e que focou nos momentos em que candidatos voltavam-se para temas relacionados à modernização, ao crescimento econômico e, de um modo mais geral, ao desenvolvimento, especialmente na propaganda noturna. Assim, a pesquisa

¹ A literatura indica sobretudo a importância do HGPE no que diz respeito à construção da imagem dos candidatos em eleições majoritárias. Para análise de seu papel para eleições proporcionais, ver, por exemplo, Albuquerque et al. (2008) e Cervi (2011).

aborda de uma maneira geral os discursos dos candidatos, examinando os conteúdos de suas falas, embora em alguns poucos momentos – quando muito relevantes – estas falas são analisadas em conjunto com as imagens e o plano-sequência do programa. Mas, de qualquer modo, menos do que discutir tempo, segmento ou formato a análise se concentrou nos sentidos do dizer (propostas, promessas, concepções, entendimentos, balanços, crítica a adversários, estratégias narrativas, apelos), procurando sempre marcar alguns elementos relevantes adicionais, tais como quem fala (orador ou candidato ou outro), quando o povo é chamado a falar, temas e suas repetições ao longo da campanha.

Tal como sustentou Abreu, a questão é ver “[...] o dilema político na sua versão mais contundente: se as palavras são traiçoeiras, elas são também inevitáveis.” (Abreu, 2005, p. 329). As estratégias comunicativas² estão no centro das campanhas, mas também no dia a dia da política. Se a linguagem é central na política, é porque a fala pode revelar e esconder, esclarecer ou, como diria uma expressão popular, “enrolar”; ao falar, um político pode trair a si mesmo. Desta maneira, “[...] seja na linguagem regimental, seja na linguagem dos bastidores, as palavras têm usos, são instrumentos, ferramentas” (Abreu, 2005, p. 336).

Logo após o início da campanha, observou-se que seria relevante focar nos candidatos mais lembrados em pesquisas de opinião ou coligações com mais tempo de TV para evitar dispersão exagerada da investigação. Essa estratégia não foi, entretanto, excludente desde o princípio, uma vez que houve oscilação nas preferências dos eleitores durante as pesquisas de intenção de voto durante o primeiro turno. A maior parte dos candidatos e seus programas continuaram a ser examinados, porém para este artigo se selecionaram os que mais se destacaram na campanha ou no final das eleições. No segundo turno, a estratégia de pesquisa foi a mesma, observando as particularidades desta etapa da disputa, mas ainda focando os mesmos apelos da palavra dita, o que Machado (2009) chama de uso da linguagem argumentativa para persuasão. Como também lembram Massuchi *et al.* (2016, p. 173) “[...] o primeiro turno tende a ser mais temático e

² Para o assunto, ver também Mendonça e Ogando, 2013; Albuquerque, 1999.

programático, o segundo turno tende a ser mais negativo, com maior ênfase na imagem do candidato e baseado em um discurso emocional”. Esta pista será central para compreender algumas mudanças de ênfase nos discursos comparando-se o primeiro e o segundo turnos em Porto Alegre.

O HORÁRIO ELEITORAL E A CAMPANHA DO PRIMEIRO TURNO EM PORTO ALEGRE, 2016: POLÍTICA OU TÉCNICA EM JOGO?

Tal como afirmei na introdução, recorrendo ao estudo de Palmeira e Heredia (1995), o tempo de política confirma que muitas atividades cotidianas entre as eleições não são percebidas realmente como parte da política pelas pessoas; mas a campanha – e mormente a campanha nas mídias – é um marcador temporal simbólico de “largada” da busca por votos. Está-se, aqui, procurando examinar determinados códigos de linguagem na campanha e vale uma citação de Mbembe (2006) sobre o problema geral das eleições.

“Na dramaturgia da democracia, a eleição combina três qualidades de rito, liturgia e magia. Como com qualquer rito ou liturgia, ela requer uma certa performatividade. Como religião ou magia, ela constitui sua própria linguagem de autorização enquanto permanece fundamentalmente polissêmica” (Mbembe, 2006, p. 313).

Que autorização procede? Uma em que o problema da crença – e da crença nas palavras – se estabeleça. Novamente, Bourdieu nos auxilia, agora citando Benveniste, ao sustentar que “*Credere*, diz Benveniste, é literalmente colocar o *kred*, quer dizer, a potência mágica, num ser de que se espera protecção, por conseguinte, crer nele” (Bourdieu, 2009, p. 188). Em primeiro lugar, no caso em análise, autorização que reafirme o compromisso do político, se eleito, em ser operador crucial de processos que visem modernização, crescimento e desenvolvimento da sociedade. Daí que os conteúdos das falas dos candidatos serem muito semelhantes em muitos aspectos,

e o fundamental é perceber que ninguém se arrisca a desviar de propor algo em torno do progresso e estes três termos (modernização, crescimento e desenvolvimento) sempre foram polissêmicos e dados a muitas interpretações em período eleitoral ou qualquer outro. É claro que os temas saúde, transporte, educação e segurança balizaram quase todos os debates e o tempo no HGPE, porém é no residual ou na sequência semântica se apreendem algumas das diferenças³.

Com isto, com uma dramaturgia particular e “encenações do poder”, as eleições são mais que eventos formais da democracia (Heredia *et al.*, 2002). Quais encenações despontaram no início? Ao fim do mês de agosto de 2016 o embate inicia na televisão (assim, não vou recorrer aqui ao que já se passava antes para me ater somente ao HGPE).

Os discursos eram muito semelhantes no princípio. A candidata do PSol despontou na frente nas enquetes de opinião e, como se sabe, nestas etapas o percentual de indecisos ou dos que não sabem em quem votar ainda é muito alto. Por seu lado, curiosamente, a coligação ligada ao PT fez um discurso de oposição desde o início, sobretudo se pensarmos que durante 16 anos esta foi a narrativa contra este partido na prefeitura de Porto Alegre. Ao se colocar na oposição ao partido do candidato da situação (do PMDB), o PT e aliados sublinhavam particularmente questões políticas na cidade e no Brasil, destacando o que havia acontecido com a democracia e com a participação social, especialmente nos últimos dois anos de crise institucional e econômica no país.

Apesar do tempo diminuto na televisão, Luciana, do PSol, utilizava-se de argumentos semelhantes, porém com uma diferença crucial: a ideia de ter feito usualmente – e prometia continuar com – “política de mãos limpas” situava um demarcador nas falas da candidata contra o PT, além do bordão repetido “eu sou diferente” (clara alusão à acusação de corrupção que o partido de Lula e Dilma sofria).

De outro lado, nos partidos de espectro ideológico distinto dos citados acima, o tom voltado à eficiência, ao empreendedorismo e a

³ Sobre este ponto, pode-se remeter o leitor aos trabalhos de Celi Pinto sobre análise de discurso na política, por exemplo, Pinto (1999; 2017). Amparada nos estudos de Laclau e Mouffé, Pinto observa que as equivalências entre termos, seus usos pela esquerda, centro ou direita e o problema dos significantes flutuantes são instâncias fundamentais para apreender como certas expressões são disputadas politicamente.

propostas envolvendo modernização que favoreça trabalhadores e empregadores era mais evidente. Aqui pode-se ver estes apelos nas ligações do PTB, do PSDB e do PSL. Portanto, era claro que os temas da democracia e do “povo nas ruas” tinham pouca atenção entre estes.

É bastante óbvio que os discursos planavam em torno das agendas comuns e de fácil mobilização do eleitor: “modernizar serviços”, “realizar grandes obras”, “futuro de prosperidade”, “faltam investimentos”, “uma Porto Alegre mais moderna”, e os assuntos de sempre, tais como educação, segurança pública, combate à corrupção e saúde. Em suma, o ponto crucial “transformar a cidade” não deixou de aparecer do início do primeiro ao fim do segundo turno, mesmo nas propagandas do candidato de situação. Embora não seja uma novidade, isto é de se destacar para um contexto econômico no qual em nível nacional claramente se percebia que o neo-desenvolvimentismo não viria mais a fazer parte do núcleo das ações governamentais.

Sem muitas dúvidas, quase todos os candidatos não deixaram de se enquadrar a partir daquilo que as teorias recentes do desenvolvimento referem-se como o desenvolvimento enquanto coleção de coisas e processo evolutivo (Veiga, 2006), a ver pelas curtas frases de vários candidatos no HGPE antes destacadas entre aspas. Uma noção antiga e que se ampara mais em elementos físicos e externos do que em bem-estar, montando um panorama típico do desenvolvimento se realizar por etapas crescentes. Crescimento do sistema de transporte, do efetivo para segurança pública, do atendimento à saúde. Crescimento como ponto que alinha quase todos os candidatos. Mesmo os candidatos de oposição à aliança da situação (liderada pelo PMDB) alinharam os diagnósticos no âmbito do que Ferguson (1990) sugeriu ser um dos elementos mais perniciosos das políticas de desenvolvimento: justifica-se intervir na realidade porque nela há uma falta estrutural. Foi este diagnóstico que no período desenvolvimentista em meados do séc. XX se sustentou a criação da realidade do “terceiro mundo” e do subdesenvolvimento, aquele em que falta toda a sorte de coisas, técnicas, preparação, racionalidade moderna, etc. e que seriam abundante no primeiro mundo, espelho para os “atrasados”. Daí que a aposta de Pont em utilizar-se do discurso do

regresso – somente o reverso da ideologia do progresso – e da piora das condições de vida na cidade desde que outros partidos assumiram a prefeitura, e a insistência em “voltar a crescer” vir à tona em momentos da propaganda.

A fala, neste caso, mostra o poder da nomeação e da qualificação, já que se torna efeito dar um significado ao real que se apresenta muitas vezes desconexo aos olhos das pessoas. Tanto a situação como a oposição faziam um esforço de articulação – novamente os estudos de Pinto (1999; 2017) sobre Laclau e o conceito de articulação podem ser úteis aqui – e o que ambas as cadeias de discursos buscavam era justamente qual relações entre palavras e eventos poderiam ser mais eficientes em termos de versão da realidade.

Mas se há muitas semelhanças entre o que os candidatos falaram, e eventualmente com superficialidade proposital, cabe tentar demonstrar quais os pontos de distinção. Serão destacados aqui quatro eixos. Primeiramente, o papel da dinâmica ativa da sociedade e dos empreendedores nos processos de desenvolvimento econômico. Em segundo, a questão da diversidade social e o quanto isto se coloca (ou não) para a democracia. Em terceiro, o polêmico assunto a respeito do futuro do orçamento participativo em Porto Alegre. Por fim, sintetizando muitos dos problemas do 1º turno, a relação entre técnica e política.

Após as primeiras semanas do início do HGPE, os candidatos do PSL, do PTB, do PMDB e do PSDB passaram gradativamente a enfatizar o tema do empreendedorismo. Na segunda semana, frases tais como “o Estado não deve atrapalhar, mas auxiliar”, “Otimizar serviços” se mostraram férteis. Surpreendentemente, até mesmo a intervenção era relativizada em alguns casos, uma vez que, por exemplo, o candidato do PTB afirmava o valor da economia solidária (autogestão) como forma de desenvolvimento, enquanto o candidato do PMDB apostava em iniciativas deste tipo também para classes sociais mais baixas, caso dos recicladores de materiais. “A prefeitura tem que investir em quem produz” e esta será “uma Porto Alegre que vai para frente”, assim repetia o narrador do programa do PTB depois de relatar o problema do desemprego e contar a história de uma menina que procurava emprego e conseguiu algo melhor: abriu seu próprio negócio.

Nesta fase, esta ênfase apareceu sobretudo entre as coligações envolvendo PTB e PSL, e menos nos outros – ainda que de algum modo entre PSDB e PMDB e suas respectivas coligações –, especialmente nos partidos identificados ou se dizendo representando a esquerda. Enquanto a discussão procurava abordar formas de inovação e empreendimentos, os candidatos do PT e PSol voltavam-se ao problema da diversidade e dos ataques à democracia. Imagens de movimentos sociais nas ruas e cenas em que os candidatos à prefeitura de Porto Alegre apareciam caminhando entre os manifestantes eram frequentes no início do HGPE. “Democrata de verdade” era o slogan de Pont, mas havia também expressiva insistência na diversidade social da cidade e no protagonismo dos movimentos sociais. Com o fim dos governos deste partido na capital, discursava, as obras se tornaram menos de escolha do povo do que dos governantes.

Já o caso da candidata do PSol, a diversidade assumia outros contornos, tais como o apoio mais expressivo aos movimentos LGBT. Mesmo assim, com seu pouquíssimo tempo de TV, a candidatura tinha propósitos muito claramente voltados ao fortalecimento do Estado, como era de se esperar, portanto oposto ao discurso do empreendedorismo liberal dos partidos de centro e de direita. Não é demais sublinhar que nos diferentes partidos, com suas distintas orientações, modernizar a cidade e fazer do desenvolvimento acontecer apareciam, mostrando o quanto as palavras se prestam para adequações e interpretações de sentido – e se tornaram expressões disputadas no pleito.

Porém, algo que não estava colocado desde o começo era o quanto o orçamento participativo (OP) se tornaria objeto de disputa. Este tema mesmo assim não é novo nas disputas políticas nas últimas eleições; presta-se sempre para conflitos próprios a depender do contexto. No caso em questão, um dos pontos de tensão foi exatamente o quanto as obras de infraestrutura – importantes na capital nas visões de todos os candidatos – estariam vinculadas a conquistas do OP. Nos esforços do programa do PT, partido fundamental para a implementação e desenvolvimento do OP na cidade há algumas décadas, o problema estava nesta mudança cenário em que as obras deixaram de ser escolha da população. Talvez por isto mesmo uma

das suas alusões residia em sugerir que os problemas de não conclusão das obras estavam atrelados também a isto.

Para o partido de situação na prefeitura e candidato a reeleição houve algo de chamar a atenção. Durante muitas semanas a respeito do OP somente havia silêncio no HGPE. Sabe-se bem que silenciar é também um tipo de manifestação que pode ser apreendida como parte da linguagem. Aos poucos, como o assunto entrou na pauta de todos, Melo concedia muito mais ênfase a ideias de “prefeito que está na comunidade”, “está próximo e visita as pessoas nas comunidades” e, ao final, “é candidato que tem o pé no povão” (todas expressões do locutor de seus programas no HGPE).

Alguns candidatos passaram a apelar para o tema do OP de vários modos, desde realizar reunião com líderes, a fazer seus programas com pessoas vestindo camisetas com a inscrição “orçamento participativo”. Clara intenção havia de demonstrar que este assunto não era inexistente – como estava sendo no início da campanha – e que tratamento adequado seria dado. Como de costume, promessas para aumentar a participação passaram a ser repetidas nos programas. Se Villela e Marques (2002) nos dizem que a “época de política” é também momento de pedir coisas aos candidatos, os que disputam o certame sabem que devem “falar muito” e, ao se expressarem, arriscam-se. Tal risco associa-se muito ao problema da relação entre as palavras e a verdade, assunto ao qual voltarei mais adiante. Vale registrar que a abertura ao diálogo é também o risco de ser interpelado e desafiado, tanto por outro político como por um eleitor. Para Mouffe (2011), toda ordem política fundamenta-se em algum modo de exclusão, e muito apropriadamente quem fala e quem tem espaço nos meios de comunicação consegue ativar melhor relações sociais de poder. Pode-se dizer, ainda com Mouffe, que a configuração do espaço político é sinal de institucionalização da ordem política, com hierarquias e partidos definidos (como podem se expressar, quando e de que maneira). Mas no ato de conversar com a população, típico de campanhas eleitorais, o risco está lançado e a interrogação pode se impor como uma ação, mesmo que localizada, de uma pessoa ao candidato. Não foram poucas as vezes que os candidatos usaram – algo habitual em campanhas

– o que seus oponentes disseram no HGPE para mostrar fragilidades das afirmações, promessas e conquistas passadas.

Uma das mais surpreendentes propostas foi o desfecho do candidato do PSDB, Marchezan Jr., que paulatinamente se preocupava em abordar o tema do OP. Num programa na metade de setembro, afirmou o narrador que ele se reuniu com líderes do OP e estes criticaram a atual administração. Antes havia participação, agora não, comentário geral dos participantes. Até aqui algo a destacar: utilizar-se do que se passava nos governos anteriores como mote para proposta e quiçá desafio político de campanha. Mas o candidato vai além neste momento, pois o eleitor/telespectador poderia pensar que depois disto a ideia seria restabelecer a participação ou de outro modo fortalecer o OP. No entanto, sua proposta é naquele momento diversa: criar um grupo de trabalho para analisar a viabilidade técnica do OP.

O que pretende uma iniciativa de viabilidade técnica para um processo genuinamente político? Aqui cabe portanto destacar o tópico final desta seção, isto é, a posição complexa dos candidatos entre técnica (tecnologia gerencial da sociedade) e política. Isto se destacou no HGPE, assunto que não era o único, talvez nem o mais importante, mas aquele que diz algo sobre política, modernização e desenvolvimento.

Pode-se dizer sem muita dúvida que esta oposição foi presente durante todo o período de campanha eleitoral em Porto Alegre. Mauricio, do PTB, utilizou uma frase, sempre de locutor, que alegremente dizia: “ele poderia ser de esquerda, porque fala com os que precisam, mas poderia ser de direita, pois fala em gestão, tecnologia e segurança... mas ele é de um lado, o teu, o nosso”. Sentença, no mínimo, curiosa, mas que pode ter efeitos.

Mas retornando à questão da participação, antes mesmo de sua manifestação sobre possibilidade de viabilizar tecnicamente o OP, o candidato do PSDB protagonizava uma linguagem específica, a da eficiência. Em vários de seus programas não se testemunhavam debates sobre democracia, mas o quanto o gerenciamento responsável da cidade poderia ser a melhor maneira de transformar para melhor o município. Utilizar sistemas de informação e comunicação (por exemplo, entre as polícias e sistemas de monitoramento

de trânsito), implementar pequenas melhorias e aperfeiçoar algo já existente. Este último ponto merece uma menção a mais, pois provavelmente num contexto de crise econômica o discurso de aperfeiçoar o que já se possui e organizar os diferentes sistemas de gestão da cidade parece mais factível do que grandes mudanças sociais. Aliás, o problema para este candidato estava muito mais neste eixo: fazer algo a partir do que se tem e evitar falar em transformações radicais – com exceção das que sejam do âmbito de gestão. Isto se mostrou bastante distinto dos programas do PT e do PSol em que apostar em alterações de maior impacto era esperança para contagiar os eleitores, fato que não ocorreu⁴.

Assim, o que se observou foi uma oposição constante: de um lado orientações mais no plano político-democrático dos partidos de centro-esquerda e esquerda vs técnica e funcionalidade dos partidos de centro-direita e direita. E com isto os temas também se paralelizam: protestos, diversidade social (e étnico/racial), manifestações de rua, crítica à corrupção e ao sistema político atual, ser ouvido num sistema de participação social vs. acessos a serviços, prefeito que faz coisas para a população, tecnificação do governo, ser ouvido pelo prefeito.

No fim do primeiro turno, o candidato do PSDB – grandepositor das alternativas técnicas e gerenciais para a cidade – foi vitorioso e disputou o segundo turno contra o candidato do PMDB, que representava a continuidade de governo. Os partidos de esquerda e afins ficaram muito longe de qualquer chance de disputa, certamente muito afetados pela atmosfera política nacional e os problemas envolvendo o PT nos últimos anos. Os partidos de centro e direita dominaram não somente no município, PSDB foi vencedor em muitas outras prefeituras e os dados eleitorais no Brasil mostraram queda acentuada do PT.

Sem adiantar conclusões, cabe perguntar se as coisas se conformam assim na política hoje, o que Swyngedouw (2011) chamou de momento pós-político, em que grandes revoluções e transformações parecem estar longe do horizonte e gestão e administração se pau-

⁴ No caso do candidato do PMDB o problema era ligeiramente distinto, embora com conexões ao anterior. Mais do que gestão técnica informacional como “arma” de governo, Melo apostou em mostrar as diversas funcionalidades da sociedade, quicá concebidas como naturais e que só precisam de uma administração que esteja próxima da sociedade, um prefeito que esteja presente nas piores crises.

tam por estas fórmulas gerenciais. Parece ser este também o sentimento de Dias, para quem a dicotomia entre técnica e política é “[...] um tipo de estratégia que normalmente é associado ao declínio das ideologias políticas em um mundo de profissionalização e especialização” (Dias, 2005, p. 174). Em um mundo destes, discursos de que políticas públicas eficientes e racionais podem substituir embates políticos e ideológicos são comuns e vistos como benéficos para o edifício social, jogando o desenvolvimento para um âmbito gerencial e administrativo. Tal como um sistema de dominação gestor, abordado por Boltanski (2013), e portanto distinto de coação física ou domínio ideológico, este é sustentado em linguagem da eficiência e na necessidade da cientificação dos problemas sociais⁵.

O HORÁRIO ELEITORAL E A CAMPANHA DO SEGUNDO TURNO EM PORTO ALEGRE, 2016: ENTRE FALAR COM E FALAR À POPULAÇÃO

Sabe-se que pelo que mostram os estudos políticos – por exemplo nos trabalhos de Borba (2015) e Massuchi *et al.* (2016) – que o segundo turno de eleições é sempre mais propenso a ataques e discursos mais acintosos ou diretos de um candidato contra o outro. O caso de Porto Alegre em 2016 não foi diferente. Como Marchezan Jr. ganhou o primeiro turno era de se esperar que o partido (e sua coligação) da administração municipal ainda no governo, disputando o segundo turno, estaria mais acirrada no modo de construir a propaganda.

Para Borba (2015), no segundo turno se vê com frequência a assim chamada propaganda negativa, usada sobretudo pelos que estão em desvantagem. Para o autor, os ataques a outros candidatos têm um peso negativo também, a depender da ênfase, uma vez que dificultam nos períodos posteriores as negociações e alianças entre partidos.

No que diz respeito aos assuntos de desenvolvimento, crescimento e modernização, não foi possível concluir que tenha havido

⁵ Boltanski não é autor central na argumentação deste artigo, embora este seu texto seja profícuo e adequado ao problema. Sobre seu ponto de vista a respeito do modo de dominação gestor, pode-se interpretar que este processo aparenta ser crescente na sociedade contemporânea e encontra convergência com o que Ferguson (1990) mostrou sobre a substituição da política pela técnica nos conflitos em torno de projetos de desenvolvimento.

uma mudança expressiva nos conteúdos dos discursos veiculados pelos candidatos e suas coligações em relação ao primeiro turno. O que se testemunhou foram algumas diferenças de ênfase dos candidatos, os modos de estabelecer propaganda negativa – mais comum no candidato do PMDB, neste caso, pois estava em desvantagem nas intenções de voto e no resultado da eleição do primeiro turno – e as formas de trabalhar a imagem para o eleitor. Antes de adentrar na discussão destas mudanças, será importante retomar como os temas observados no primeiro turno reaparecem. É preciso ressaltar também que nesta etapa cada candidato tem tempo idêntico na TV e mais do que na anterior, ou seja, dez minutos.

Os programas do PMDB iniciam ainda focando no tema que aborda o artigo, pois um dos apoiadores e ex-prefeito da capital gaúcha diz que este candidato será aquele que pode “retomar o ciclo do crescimento”. Mas para Melo cabia agora certa investida no tema do orçamento participativo, segundo se nota em sua campanha. O que era discurso de Pont (PT) no primeiro turno passa a ser usado pelos partidos da coligação que envolve o PMDB, isto é, “obras com participação social”. Em determinados momentos, não exclusivamente no segundo turno, Melo procura falar de uma das obras mais polêmicas da sua administração, a da avenida Tronco, qualificando-a como a obra mais social de seu governo, embora tenha gerado muitos deslocamentos de famílias e alguma contestação social durante determinado tempo (Araújo, 2015).

Para enfrentar o tema do OP, Melo chega a mencionar que este cresceu em seu governo, tendo batido recorde de credenciamento em 2015 e, além disso, prometia implementar um OP digital. Era provável que a estratégia estivesse atrelada a dois problemas: de um lado, o modo como o tema do OP foi ganhando importância na campanha do primeiro turno e, de outro, o quanto o candidato do PSDB havia insistido no tema da informação para boa gestão.

Marchezan Jr. propõe que uma de suas prioridades está em “fazer algo para as pessoas se ajudarem”, surpreendentemente uma frase conhecida dos pesquisadores do desenvolvimento. Expressão que é vista por muitos como a frase inaugural dos programas de desenvol-

vimento internacional, em 1949 o então presidente americano Harry Truman, no famoso discurso à nação, havia formulado desta maneira como os EUA teriam uma missão crucial no desenvolvimento do “terceiro mundo”; não fazendo algo para os terceiro mundistas, mas fazendo algo para que os próprios países se ajudassem (Rist, 2008; Esteva, 1992), num isto de caráter de intervenção com pensamento liberal. Nas nossas eleições, talvez seja um típico caso em que o autor da fala se sente dono do seu discurso enquanto na verdade a repetibilidade mostra o quanto este é um discurso já existente e o sujeito o enuncia “[...] a partir da ilusão de que tais saberes se originam nele mesmo, quando, de fato, eles representam já-ditos que foram produzidos em outros discursos, em outros lugares [...]” (Indurski, 2003, p. 102). Não é casual que o candidato a prefeito se valia desde o início de sua campanha desta capacidade de mobilizar as pessoas a serem proativas e empreendedoras, inclusive no auxílio à gestão da cidade.

Melo passa a se concentrar também em certas propostas que parecem ter apelo junto à população, e volta logo em seguida prometer crescimento e oportunidade, ao desburocratizar a prefeitura e aposta nos empreendedores.

No entanto, foi o problema da imagem dos candidatos e do modo de se relacionar que definitivamente chamou a atenção no segundo turno. O candidato do PMDB, que havia sido enfático em articular sua imagem no primeiro turno como alguém do povo, passa a fazer isto com mais insistência. No programa de 11/10/2016, o locutor dizia que ele é “um cara simples, trabalhador, até meio *desengonçado*, mas *verdadeiro*”. Ou seja, o problema aqui estava em aceitar determinados tipos de qualidades eventualmente não tão desejadas (“desengonçado”) e que já estavam se consolidando e usa-las a seu favor e simultaneamente organizar a narrativa em torno do “ser verdadeiro”.

Logo adiante, Melo sugere que seu opositor não vai às vilas populares; ele não faz o que um prefeito deverá fazer. Potencialmente quanto a isto que alguns dos candidatos se “municiparam” contra a forte presença do PSDB na disputa, pois desde o princípio este partido não apostou nesta ligação. O candidato do PMDB recorrentemente aparecia conversando em seu programa com as pessoas e

utilizava-se do discurso delas para mostrar ao eleitorado que tinha conexão com “o povo” (“com o povão”, foi um termo usado em seus programas no primeiro turno).

Mas a mudança de comportamento dos estrategistas da coligação do candidato do PSDB foi perceptível no segundo turno. Já no seu primeiro programa no HGPE, Marchezan Jr. conversa com pessoas, atitude que será comum em vários momentos. Sentado em roda e colocando-se na postura de ouvinte deixa as mulheres, naquele caso, falarem sobre os problemas na gestão da saúde. Ele parece deixar a conversa andar olhando as pessoas e tentando parecer mais um na roda de conversa. Ao conseguir apoio do então candidato do PTB – muito presentes em bairros mais pobres da capital durante o primeiro turno – volta-se a esta tática utilizando-se da presença do apoiador durante as visitas.

Mais adiante no HGPE, procura adotar uma postura de “interessado” na fala dos outros, como se não soubesse realmente aquilo que lhes vão dizer. Num momento em particular, o candidato passa boa parte do tempo de seu programa conversando com uma pessoa que estava em cadeira de rodas – somente com ela. Relevante ou não, procura se sentar no meio fio da calçada num nível abaixo do outro, fazendo-a falar, deixando que explore seus problemas pessoais enquanto o candidato procura articular esta vivência do sujeito com questões societárias. O silêncio também é parte da performance da conversa e da fala.

Alguns programas mais adiante, voltando à tática, conversa com professores numa escadaria da cidade. O candidato mais uma vez os deixa falar sobre os vários problemas das escolas municipais públicas e, junto ao seu candidato a vice-prefeito, sentam-se ambos nos degraus mais abaixo. Em outra ocasião, no centro de Porto Alegre, faz o mesmo com um vendedor de lanches. Se a estratégia de “estar abaixo” para um terceiro que os observa é deliberada ou não é difícil concluir – ainda que em tempos de marketing profissional o casual seja pouco provável – muito mais difícil é saber se tem qualquer efeito político, mas sugere uma tentativa de se apresentar ao público de uma certa forma. Comparando-se com os programas do seu adversário, é muito claro o quanto este se apresenta já como pessoa de vida pública, em todos os programas tendo total controle do diálogo, das falas e do

que se aborda, de quem fala e quando. Teria esta imagem contribuído negativamente? De um lado, houve uma insistência em mostrar no HGPE como falar com as pessoas; de outro, enfatizou-se o falar às pessoas. Há uma diferença sutil e um dos candidatos pode ter explorado bem esta ligeira distinção. Cabe registrar que se está examinando uma eleição num momento muito específico no país, em que a imagem geral dos políticos profissionais está desgastada. Este problema não é novidade, sendo mostrado por cientistas políticos em diversos estudos, particularmente sobre a importância da pessoa individual (e não do partido) em tempos recentes. A vitória de um candidato “não político” na maior cidade do Brasil em 2016 demonstra o quanto o discurso do empreendedorismo, da técnica (*versus* as ideologias políticas) e da eficiência imperaram.

Utilizando-se mais uma vez do problema do crescimento e da modernização, Marchezan Jr. diz num dos últimos programas que a “cidade está estagnada”. Discurso frequente e repetitivo em sua candidatura, pois de uma só vez consegue: (i) tocar num tema muito geral (o desenvolvimento e sua necessidade) que as pessoas tendem a não se colocar contra; (ii) articular a atmosfera de mudança que com a saída da presidente Dilma havia se instalado no país e também (iii) focar em uma crítica à atual administração da cidade, há certo tempo no governo.

Após a vitória, numa das primeiras manifestações públicas o candidato do PSDB afirmou que venceu por não ser nem de direita nem de esquerda e disse ainda que vai fazer um governo com estrutura enxuta e livre de favores, uma “máquina pública mais eficiente”. Curiosamente, é uma retomada de ideia já exposta de modo um pouco distinto no início do segundo turno, quando num dos programas (13/10/2016) declarou estar o “interesse das pessoas acima dos partidos, acima dos sindicatos e acima das empresas”.

O PSDB saiu vitorioso em sete capitais neste pleito eleitoral no Brasil e o presidente nacional do partido, Aécio Neves, falou em uma nova onda azul⁶, referindo-se às cores do partido e observando a perda de votos do seu maior concorrente desde o fim do séc. XX, o PT. Ainda assim, se na capital gaúcha o vencedor se valeu do clima

⁶ Retórica nada segura em tempos contemporâneos, pois alguns meses depois o presidente do partido, uma de suas figuras públicas mais importantes, se vê envolvido em escândalo de corrupção.

de “necessidade de mudança” bastante significativo no país um dado impressionante foram os mais de 50% de votos brancos, nulos e as abstenções no segundo turno.

LINGUAGEM, VERDADE E REPRESENTAÇÃO

É saliente que um dos problemas aqui observado diz respeito ao fato de que palavras, tais como desenvolvimento, crescimento e modernização são elas mesmas linguagens para falar do mundo. Tomemos somente o caso do termo desenvolvimento. Ele não somente nomeia processos – bastante distintos⁷ – mas também é parte de um uso social para referir-se a como resolver problemas socioeconômicos e forma de atrelar um discurso a uma prática com resultados no campo social. Num país que se acostumou a ver-se como um dos mais desiguais do mundo, a disputa política se traduz facilmente em disputa por qual modo de desenvolver. Isto aparece nas falas em eleições aqui examinadas e aparecia há tempos nos diagnósticos das ciências sociais, a ver, por exemplo, o conhecido ensaio de Fernando Henrique Cardoso intitulado *O modelo político brasileiro* em que o sociólogo, na época, procurava mostrar que o golpe de 1964 representou uma luta pela condução do desenvolvimento econômico brasileiro (Cardoso, 1972). A disputa de classes e sobre abertura econômica às multinacionais, os conflitos pelo poder e suas consequências para a distribuição de riquezas, a alocação de emprego, o aparato burocrático-militar e sua relação com a burguesia no plano político e econômico: no seu entendimento as ações convergem para a disputa por estilo ou modo de desenvolvimento.

“O regime que terminou por se instaurar não teve o caráter de uma volta ao passado, como pensam alguns analistas que insistem na continuidade da história contemporânea brasileira desde 1930, com o interregno de 1945-1964. Pelo contrário, ele expressa uma rearticulação política que se baseia em alterações no modelo social e econômico de desenvolvimento que prevalecia anteriormente”
(Cardoso, 1972, p. 52).

⁷ Para as incoerências e problemas associados aos usos do termo desenvolvimento, ver Rist (2007), Esteva (1992), Ribeiro (2008), Nustad (2007), Walsh (2010), além do já citado Ziai (2015).

Não se tratava, na visão do autor, de um conservadorismo contra quaisquer mudanças, nem de questionar a ideia básica do crescimento, ou até mesmo de uma guinada radical em direção a outro modo de produção econômico; mas essencialmente de alterar a lógica do desenvolvimento. Esta é uma das razões pelas quais governos (em quaisquer níveis) no Brasil tendem a falar constantemente em desenvolvimento mesmo quando não são desenvolvimentistas na interpretação de analistas⁸. E nas concepções mais comuns isto emerge, daí que quando aparece a palavra desenvolvimento num discurso político ou quando ela se encontra numa ideia lema de partido, movimento social, grupo qualquer (por exemplo, “é preciso que o país retome o desenvolvimento”, frase apregoada e ao mesmo tempo vaga) as pessoas que escutam em geral não requerem explicações adicionais sobre o que se está falando. Há uma espécie de pré-entendimento do que seja.

Nesta opção de confrontar problemas de ordem sociocultural e histórica que podemos examinar o caráter ordenador da linguagem. Mais que isto, se quisermos seguir um recente estudo de Agamben (2011), toda expressão de linguagem representa um risco do dizer/escrever, um risco a respeito da verdade. O foco principal do autor neste livro está no instituto do juramento no mundo jurídico e o quanto ele constitui-se em uma centralidade para a política no Ocidente na forma de pacto, mesmo assim problematiza elementos para além dele incluindo a linguagem em geral.

Que a linguagem tenha colocado ao ser humano problemas e potencialidades isto é tema conhecido, questões que sustentam a importância do seu poder no fazer-se do ser humano. Em Agamben (2011; 2016) esta é uma discussão longa e cabe somente recordar que a potência da linguagem é também seu caráter incerto, pois com ela emerge a ambivalência das palavras, a separação entre palavras e coisas (objetificação da linguagem) e entre pensamento e expressão⁹.

8 Cabe recordar que no momento desta intervenção o autor (Cardoso, 1972) dialoga frequentemente com outros analistas que consideravam o desenvolvimento assunto dos mais centrais do debate político, tais como Helio Jaguaribe, Florestan Fernandes, Andre Gunder Frank, Octavio Ianni, Luiz Pereira e diversos outros.

9 No entendimento de Agamben (2011), na origem da linguagem humana – assunto que não será abordado aqui – encontramos a relação entre religião, magia e direito. Por esta razão, o autor toma o juramento como elemento de análise, já que representa um tipo de fala que institui uma relação especial com a verificação (e o testemunho, a confiança, a fê).

“É possível então que, originalmente, no juramento não estivesse em jogo apenas a garantia de uma promessa ou a veracidade de uma afirmação, mas que o instituto que hoje conhecemos com este nome contenha a memória de um estágio mais arcaico, no qual ele tinha a ver com a própria consistência da linguagem humana e com a própria natureza dos homens enquanto animais falantes” (Agamben, 2011, p. 15).

Isto significa que falar implica colocar-se o problema da verdade das palavras e os dilemas éticos relacionados. Para Agamben, o sujeito *se põe* em jogo colocando a verdade em relação as suas afirmações, e também na relação entre suas ações e suas palavras. Para tal, em sua perspectiva surpreendente, a separação entre fé e razão dada por certa no desenvolvimento da modernidade parece ter pouca pertinência, uma vez que, com Benveniste e também nos estudos sociológicos de Bourdieu sobre a economia das trocas linguísticas, sabe-se que a confiança está vinculada à fé e ao poder (espiritual) das palavras, da promessa, dos atos performativos de fala (*speech acts*) e do juramento. Ainda a respeito desta arqueologia, segue o autor, “[...] talvez, mais decisivo para o ser vivo que se descobriu falante, deve ter sido o problema da eficácia e da veracidade de sua palavra [...]”. Assim, na linguagem o ser humano “pôs em jogo sua própria natureza” (Agamben, 2011, p. 79).

Esta é uma situação que nos direciona ao mundo político e o quanto o ser humano procurou responder por suas palavras, testemunhar por elas. Aquele que tem a fé dos outros tem também – ou pode ter – o poder (Agamben, 2016).

Contudo, a questão se torna: e quando as palavras se tornam instrumento de manipulação? Daí a tese de Agamben de uma relação intrínseca entre ética e linguagem necessitar ser tomada pelo ângulo das relações de poder e violência e o que a fala potencializa neste domínio.

A Conquista da América, de Todorov, é obra emblemática acerca deste aspecto. No estudo, o autor se pergunta sobre o papel que teve a linguagem e os símbolos (de espanhóis e índios americanos) na conquista do Novo Mundo. Sem entrar em detalhes cosmo-

lógicos que diferem uns e outros e bem documentados pelo autor, Todorov articula a linguagem e a fala ao âmbito da estratégia e do domínio. Em uma passagem sobre o comportamento de Hernán Cortez que aqui vale a citação, o autor afirma: “Em si, a linguagem não é um instrumento unívoco: serve igualmente à integração no seio da comunidade e à manipulação de outrem” (Todorov, 2011, p. 178). Sob este ponto de vista, encontramos um poder próprio da equivocação da linguagem, mas neste caso mais que isto, pois remete a uma intencionalidade política: a possibilidade de agir sobre os outros através da fala e da escrita vem a ser elemento fundamental de um poder justamente simbólico. Entre os Astecas, segue Todorov, a linguagem tinha outras funções, inclusive cerimoniais e na relação natureza-cultura, porém menos presente nas interações internas à sociedade, especial *locus* de investimento político dentre os ocidentais. Assim, a “língua fica situada no espaço delimitado pelo intercâmbio dos homens com os deuses e o mundo, em vez de ser concebida como instrumento concreto de ação sobre outrem” (Todorov, 2011, p. 179).

O caso empírico em análise neste artigo mostra que ambos os pontos de vista a respeito da linguagem parecem apropriados. Se as palavras traem quem fala, são inescapáveis na atividade política (Abreu, 2005), tanto no cotidiano como nas campanhas eleitorais. As palavras formam matéria fundamental de trabalho político (também em Bourdieu, 2009). Neste sentido, particularmente em campanhas eleitorais, o esforço por articular palavras e verdade é sempre um desafio, pois eleitores e opositores cobram promessas de candidatos eleitos¹⁰. Pode-se dizer que sempre que há uma afirmação, há também o problema de se colocar a veridicação e a asserção das palavras.

No trabalho de Bourdieu (2008), os políticos têm posição especial nesta sociedade porque lidam o tempo todo com predições e descrições da realidade, que uma pessoa qualquer não teria condições de ser ouvido ou levado a sério. Então, tal como no caso analisado, os atores do mundo da política sabem lidar com estas potencia-

¹⁰ Pinto (2017) nos oferece elementos relevantes para este entendimento, ainda que em direções teóricas não exploradas neste aqui neste trabalho. Em determinado momento, a autora escreve que “diferente do discurso religioso ou do discurso científico, que se legitimam por reivindicar a verdade pela fé ou pelos paradigmas, o discurso político disputa espaço de verdade em uma contínua contenda com seus opositores, no interior da arena política.” (Pinto, 2017, p. 124).

lidades. O argumento aqui está em torno do poder que modernizar, crescer e desenvolver possuem ao serem proferidos. Ao se utilizar o jargão, faz-se conexão com problemas recorrentes e familiares aos eleitores, mas, no caso do candidato vencedor das eleições, é na articulação ao domínio da eficiência, da gestão, da informação e da técnica que os termos se tornam ordenadores a dispor a realidade de uma forma desejada. “Em política, “dizer é fazer”, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz [...]”, escreve Bourdieu (2009, p. 185). A força das palavras relaciona-se menos pela verdade do que pela capacidade de mobilização, mas ainda assim com o apelo à verdade das relações que torna a sua eficácia real.

Se o argumento de Todorov ou de Bourdieu sobre a linguagem e seu poder de dissimulação e manipulação pode parecer inverso ao de Agamben é justamente porque para o autor italiano a ética no uso da linguagem é um problema fundacional: trata-se justamente de compreender que falar sobre o mundo e falar a verdade estão intimamente ligados ao próprio ato da comunicação, mas cuja relação sempre está em possibilidade de falhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sempre difícil evitar afirmações sobre fator ou fatores que definiram a disputa em análises deste tipo. Não se propôs neste trabalho um exame global e detalhado sobre o certame ou a respeito do que foi a tônica das campanhas eleitorais. Em discussão estão os eixos modernização, desenvolvimento e crescimento como apelo das campanhas em Porto Alegre e o quanto estas categorias mobilizam candidatos e coligações. Se Goldman e Sant’Anna (1999) sugeriram que o melhor é procurar entender a inteligibilidade das tramas em política do que buscar causas únicas que expliquem os processos, penso que os diversos sentidos e ligações que os candidatos se permitiram fazer a respeito do crescimento econômico, do desenvolvimento e da modernização provavelmente acolheram de modo distinto os eleitores.

A candidata do PSol começou a campanha no HGPE na frente em pesquisas de opinião. À medida que as eleições foram se aproximando as intenções de voto em seu nome caíram. Este processo é recorrente e pode independe do HGPE, mas cabe somente registrar que todos os candidatos bem posicionados no fim do primeiro turno tinham tempo de TV razoável.

Bourdieu (2008) recorda, mencionando uma importante observação de Bakhtin, que em momentos de revolução as palavras comuns podem assumir significados opostos. Bourdieu mesmo escreve que é muito frequente em uma sociedade complexa que vocábulos mais usados no cotidiano – tais como “família”, “amor”, “trabalho” e outras – possam receber sentidos distintos, pois se compartilha uma comunidade linguística em que pese diferenças sociais.

O que esta pesquisa mostra, entretanto, é algo diverso. É verdade que determinadas palavras assumem sentidos equívocos. Há conflito em torno dos seus significados, mas a linguagem ordinária remete a fala e o discurso a uma aparente convergência; é como se as pessoas falassem do mesmo assunto e partilhassem convicções, e somente nos procedimentos de análise e nas associações destas palavras com outras e com ações conseguíssemos captar os desentendimentos e as diferentes perspectivas.

A retomada do crescimento econômico se tornou central na política no Brasil, não porque hoje a agenda importa mais do que antes, mas porque o assunto é utilizado de maneira sistemática e incisiva. Gravitam em torno do desenvolvimento discursos (e ações, evidentemente) de convergência – comum acordo sobre sua necessidade – e ao mesmo tempo é objeto de disputa sobre como realizar tal processo – e o crucial é que a sua suposta necessidade parece ser mais saliente nos discursos do que os diferentes métodos a serem empregados para tal. Porém, candidatos e políticos já eleitos sabem como usar a seu favor os apelos deste discurso, uma vez que ele é desejado e tornado a solução de todos os problemas do país. Nesta linha de raciocínio que as expressões “estar acima dos partidos, das clivagens políticas”, “se posicionar para além da esquerda e da direita” pareçam tão admiradas. Conflitos e problemas no cenário atual parecem “emperrar” o crescimento.

O caso das eleições majoritárias em Porto Alegre em 2016 sugeriu que tecnificação e gerenciamento da sociedade podem ser propostas mais sedutoras que os antagonismos do mundo da política e da disputa democrática.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O sacramento da linguagem: arqueologia do juramento* (Homo Sacer II, 3). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- _____. *O tempo que resta*. Um comentário à *Carta aos Romanos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- ABREU, L. E. A troca das palavras e a troca das coisas. Política e linguagem no Congresso Nacional. *Mana*, Vol. 11, nº. 2, pp. 329-356, 2005.
- ALBUQUERQUE, A. *Aqui você vê a verdade na tevê: a propaganda política na televisão*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999.
- ALBUQUERQUE, A.; STEIBEL, F.; CARNEIRO, C. A outra face do horário gratuito: partidos políticos e eleições proporcionais na televisão. *Dados*, Vol. 51, nº. 2, pp. 459-487, 2008.
- ARAÚJO, G. Por que criticam? Etnografia do conflito pela moradia popular em tempo de Copa do Mundo FIFA na cidade de Porto Alegre. *Dissertação* (Mestrado em Sociologia). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.
- BOLTANSKI, L. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. *Sociologia e Antropologia*, UFRJ, Vol. 3, nº.6, pp. 441-463, 2013.
- BORBA, F. Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, v.21, n.2, p. 268-295, Campinas, ago. 2015.
- BOURDIEU, P. *Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2a ed. 1a reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. *O poder simbólico*. 12 ed. Rio: Bertrand Brasil, 2009.
- CARDOSO, F. H. O modelo político brasileiro. In:_____. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: DIFEL, 1972, pp. 50-82.
- CARNEIRO, M. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. *Sociologia & Antropologia*, Vol. 2, nº. 4, pp. 129-158, 2012.

- CERVI, E. O uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil: um instrumento de análise de conteúdo. *Opinião Pública*, Vol.17, n.º.1, pp.106-136, Campinas, jun. 2011.
- DIAS, M. Projeção da Imagem Partidária nas Estratégias de Campanha na Televisão: Uma Análise do HGPE 2002. *Dados*, Vol. 48, n.º. 1, pp. 149-187, 2005.
- ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W. (Ed.). *The development dictionary: a guide to knowledge as power*. Londres: Zed Books, 1992, pp. 6-25.
- FERGUSON, J. *The anti-politics machine: "development", depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1990.
- GOLDMAN, M.; SANT'ANNA, R. Teorias, representações e práticas. In: Goldman, M. *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, pp. 123-144.
- HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. Apresentação. In: _____. (Orgs.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. pp. 7-13.
- INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Organon*, Vol. 17, n.º. 35, pp. 101-121, 2003.
- KUSCHNIR, K. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- LAVAREDA, A.; ANDRADE, B.; ROCHA, E.; LINS, B. Eleições municipais de 2012 e sinais para adiante. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (Orgs.). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, pp. 13-41.
- MACHADO, M. A retórica da reeleição: mapeando os discursos dos Programas Eleitorais (HGPE) em 1998 e 2006. *Opinião pública*, Vol. 15, n.º. 1, pp.159-189, 2009.
- MASSUCHI, M. *et al.* A construção da campanha eleitoral majoritária no HGPE: uma análise comparada das estratégias usadas pelos presidenciais de 2014. *Política e Sociedade*, Vol. 15, n.º. 32, pp. 171-203, 2016.
- MBEMBE, A. On politics as a form of expenditure. In: COMAROFF, J.; COMAROFF, J. (Eds.). *Law and disorder in the postcolony*. Chicago: Chicago University Press, 2006, pp. 299-335.

- MENDONÇA, R.; OGANDO, A. C. Discursos sobre o feminino: um mapeamento dos programas eleitorais de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.28, nº.83, p. 195-216, 2013.
- MIGUEL, L. F. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral. *Sociologias*, n.11, Porto Alegre, jan./jun. 2004.
- MOUFFE, C. *En torno de lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- NUSTAD, K. Development: the devil we know? In: ZIAI, A. (Ed.). *Exploring post-development: theory and practice, problems and perspectives*. London: Routledge, pp. 35-46, 2007.
- OLIVIER DE SARDAN, J. -P. *Anthropologie et developpment: essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris: APAD/Karthala, 1995.
- PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico*, nº. 94, pp. 31-94, 1995.
- PINTO, C. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova*, nº. 100, pp. 119-153, 2017.
- _____. Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. *Sociologias*, nº. 2, pp. 68-99, 1999.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*, nº. 80, pp. 109-125, 2008.
- RIST, G. Development as a buzzword. *Development in Practice*, v. 17, nº. 4-5, pp. 485-491, 2007.
- _____. *The history of development: from western origins to global faith*. 3rd ed. London: Zed, 2008.
- SPECK, B.; CERVI, E. O peso do dinheiro e do tempo de rádio e TV na disputa do voto para prefeito. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (Orgs.). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, pp. 145-167.
- SWYNGEDOUW, E. Interrogating post-democratization: Reclaiming egalitarian political spaces. *Political Geography*, nº. 30, pp. 370-380, 2011.

- TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio para o século XXI*. 2. edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- VILLELA, J. M.; MARQUES, A. C. Sobre circulação de recursos nas eleições municipais no sertão de Pernambuco. In: HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. (Org.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio: Relume dumará, 2002, pp. 63-101.
- WALSH, C. Development as buen vivir: institutional arrangements and (de) colonial entanglements. *Development*, Vol. 53, nº.1, pp. 15-21, 2010.
- ZIAI, A. Post-Development: Premature Burials and Haunting Ghosts. *Development and Change*, 46, nº. 4, 2015.

Recebido em: 11/06/2017.

Aprovação final em: 18/12/2017.